

Governo não paga reajuste no Senado

SERRA DIZ QUE AUMENTO DE 31% É IRREGULAR PORQUE NÃO ESTÁ PREVISTO NO ORÇAMENTO E PEDE REVISÃO DA MEDIDA

O ministro do Planejamento, José Serra, disse ontem que o governo não vai repassar para o Senado os recursos necessários para pagar a reclassificação de cargos da Casa, que provocou um aumento de 31% nos salários dos servidores. "Não há dinheiro no Orçamento para isso e o governo não pode pagar o que não está no Orçamento", afirmou. Serra acrescentou que a Constituição é clara ao determinar que todos os gastos devem ser previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). "Esta reclassificação também não estava na LDO."

Serra disse que não acredita que o caso provoque uma nova crise entre Executivo e Senado.

Na semana passada, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), autorizou a reclassificação de cargos dos servidores, o que, na prática, significará um aumento de 31% nos salários. "O Senado terá que rever esta reclassificação", afirmou Serra.

O reajuste dos funcionários do Senado representa, no Orçamento do próximo ano, um impacto de R\$ 9,8 milhões nos gastos com pessoal. Esse valor não considera o adicional de R\$ 752 mil que seria pago ainda neste mês. A decisão eleva o piso salarial dos funcionários de nível intermediário — a maioria — para R\$ 1.675,00. O aumento atinge 293 servidores sem função comissionada.



Joedison Alves/AE

► Ministro do Planejamento, José Serra

► Este número equivale a menos de 10% do total de funcionários do Senado. Os senadores decidiram pelo reajuste para aproximar esses salários aos dos funcionários com função comissionada. A menor remuneração passou para R\$ 926,00 (nível básico) e a maior para R\$ 3.327,00 (nível superior). Para quem tem cargo em comissão, o salário de nível médio é de pelo menos R\$ 2.054,00.

Para o ministro, a medida adotada pelo Senado é economicamente inviável porque provocaria um efeito cascata, derrubando a contenção de despesas do governo. O Judiciário, a Câmara e os servidores do Executivo poderiam exigir o mesmo tratamento. "Já

vimos este filme", afirmou, referindo-se às decisões da Justiça do Trabalho que inviabilizaram planos de estabilização anteriores.

Com orçamento previsto em R\$ 284 milhões para gastos com pessoal em 1996, a Mesa do Senado apresentou emenda à Comissão Mista de Orçamento pedindo um adicional de R\$ 92 milhões só para cobrir a folha de pessoal, e mais R\$ 23 milhões para o Centro Gráfico (Cegraf). Sem esse adicional o dinheiro previsto vai dar para pagar salários só até junho. A emenda foi rejeitada pela Comissão e o Senado terá que pedir crédito suplementar no próximo ano. **Cláudia Carneiro/AE e Aldo Renato Soares/AE**

JORNAL DA TARDE